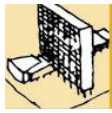


## Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação

Beatriz Mugayar Kühl

O interesse pela preservação do patrimônio industrial é relativamente recente e deve ser entendido no contexto da ampliação daquilo que é considerado bem cultural. O debate sobre o tema iniciou-se na Inglaterra em meados dos anos 1950, época em que foi cunhada a expressão "arqueologia industrial", ganhando maior vigor e atraindo a atenção pública a partir do início dos anos 1960, quando importantes testemunhos da arquitetura industrial foram demolidos. O movimento se consolidou e se ampliou a partir de então e vários países realizaram ou estão realizando inventários sistemáticos de sua herança do processo de industrialização. Significativos esforços foram feitos para se definir o que é patrimônio industrial, estabelecer parâmetros cronológicos e elaborar registros e estudos, com o objetivo de determinar o que e por que preservar. No Brasil, estudos no campo se têm multiplicado ao longo dos anos. Deve-se lembrar um fato de grande importância: o pioneiro tombamento pelo Iphan, em 1964, do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, no município de Iperó (Processo 0727-T-64, Arquivo Noronha Santos, RJ; Cunha, 2005: 107-108). Esse tombamento poderia fazer antever caminhos pioneiros para a arqueologia industrial no Brasil; no entanto, iniciativas mais sistemáticas tardaram a ocorrer, sendo a tutela oficial de bens vinculados ao processo de industrialização bastante rara.

As investigações históricas e sociológicas no campo possuem, porém, longa genealogia, através de estudos de diversos autores sobre história das ciências, da técnica, econômica e social, voltados aos processos de industrialização, produção de energia e meios de transporte. Trabalhos relevantes têm sido também desenvolvidos pela Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, que dedica, há tempos, esforços ao estudo, análise e preservação dos bens relacionados ao setor energético. Os intercâmbios também se estão multiplicando, através de reuniões científicas, nacionais e internacionais, contando com organizações dedicadas tão-só a

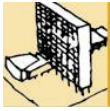


esse fim, a exemplo do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), criado em 1978, que realiza importantes conferências e em 2003 elaborou uma carta (Nizhny Tagil) sobre o tema. Recentemente criou-se o comitê brasileiro da instituição.

O número de reuniões científicas tem, pois, crescido, assim como as pesquisas feitas no âmbito de muitas faculdades que abrangem variados domínios vinculados ao tema. As investigações que se têm desenvolvido na FAUUSP são voltadas, de modo geral, para a herança arquitetônica do processo de industrialização. Muitas monografias têm sido produzidas em tempos recentes, na graduação e na pós-graduação. Esses trabalhos oferecem contribuições para um conhecimento mais aprofundado da arquitetura industrial e seria de especial interesse obter maior articulação entre as várias instituições que se têm dedicado ao estudo da herança da industrialização, realizando uma análise das consistentes pesquisas já realizadas no campo para lançar as bases de um trabalho que possa ser de fato multidisciplinar.

A arqueologia industrial interessa a várias áreas do conhecimento, em especial às humanidades, estando ligada à antropologia, à sociologia e à história – social, do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades etc. Pode ser entendida como o esforço multidisciplinar – de inventários, de registro, de pesquisas histórico-documentais e iconográfica, de entrevistas, de levantamento métrico e análises de artefatos e de edifícios e conjuntos e de sua transformação no decorrer do tempo, de seus materiais, de suas estruturas, de suas atuais patologias, de sua inserção na cidade ou território, de sua forma de ligação com os variados setores da sociedade, de suas formas de recepção e percepção, e sendo reconhecidos como bem cultural, de projeto de restauração – para se estudar as manifestações físicas, sociais e culturais de formas de industrialização do passado, com o intuito de registrá-las, revelá-las, preservá-las e valorizá-las. Estudos dessa natureza alcançam maior profundidade se forem realizados esforços consistentes e constantes pelos variados domínios do saber de maneira articulada.

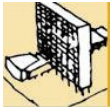
Um fato a ser notado é que, desde as origens, trabalhou-se, na arqueologia industrial, de maneira a associar processos produtivos, meios de transporte e formas de produção de energia por considerá-los intimamente relacionados. Essa articulação marcará por um longo período a implantação e desenvolvimento de indústrias e a transformação de numerosas cidades, existindo vários exemplos no estado de São Paulo. A industrialização teve papel fundamental na definição dos destinos do estado e, no que respeita à arquitetura, campo de que me ocupo, existem exemplares de grande interesse, por seu valor histórico, formal, memorial e simbólico. Muitos dos



representantes de nossa arquitetura industrial, principalmente da fase inicial, são testemunhos de um período da história de nossa arquitetura marcada pela transposição de estilos e de materiais, inserindo-se também no contexto da pré-fabricação de elementos ou de edifícios inteiros para a exportação. Existem exemplares de interesse pela sua escala, pelo cuidado na composição, pela introdução e consolidação de variados tipos arquitetônicos e pelo uso de novas técnicas e materiais construtivos. Tiveram papel relevante na disseminação da alvenaria de tijolo e de outros materiais industrializados, tal como o ferro, sendo exemplos de racionalização que auxiliaram no estabelecimento de uma renovada práxis construtiva. Mais recentemente, foram feitos exemplares que exploraram o potencial expressivo e construtivo do concreto armado. Muitos desses edifícios não mais existem, não tendo sido poupados no processo de transformações por que passaram várias cidades, tendo como fator agravante o fato de parte deles ser de período até recentemente pouco apreciado pela historiografia da arquitetura.

São Paulo conta com importante legado da arquitetura industrial que deveria ser protegido. Um tema pouco discutido, porém, são os critérios de restauração que deveriam guiar a prática de intervenções nesses bens, e é nesse sentido que tenho dirigido muitos de meus esforços. As ações sobre edifícios de interesse histórico são regidas, em âmbito internacional, pelos documentos do International Council on Monuments and Sites (Icomos – órgão da Unesco), a começar pela Carta de Veneza, de 1964, documento que permanece válido e em que, pelo menos na teoria, existe certa posição de consenso internacional. No entanto, apesar da consolidação dos princípios da Carta nas últimas décadas, de sua releitura crítica e aprofundamento em função da ampliação daquilo que é considerado bem de interesse cultural, e de pelo menos meio século de debates sobre a arqueologia industrial, a discussão dos princípios teóricos que deveriam nortear as intervenções são muito restritas.

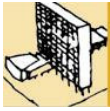
Deve-se lembrar que a restauração de bens culturais, ou seja, os modos de intervir num bem para que transmita suas principais características para as gerações futuras, é um campo disciplinar que começa a adquirir autonomia há pelo menos um século, com dois séculos de experiências práticas e formulações teóricas sistemáticas já acumuladas. A restauração teve lento maturar no decorrer do tempo até se firmar como ação cultural, em especial a partir do século XIX. As intervenções feitas em edifícios já existentes eram, até então, voltadas para sua adaptação às necessidades da época e ditadas por exigências práticas. No entanto, noções que floresceram com o Renascimento, amadureceram gradualmente dos séculos XV ao XVIII, e foram conjugadas nas teorias de restauro. Principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, a restauração afasta-se cada vez mais das ações ditadas por razões pragmáticas e assume



conotação cultural, com maior rigor nas análises e nos procedimentos. Esse processo de maturação foi combinado a formulações teóricas e a experiências sistemáticas, de inventário e de intervenção, que se desenrolaram no século XIX, verificando-se várias vertentes díspares, que acabaram sendo reformuladas no final do século XIX, consolidando uma via em que se preconizava maior respeito pela matéria original, pelas marcas da passagem do tempo e pelas várias fases de uma obra arquitetônica, além de recomendar a distinguibilidade da intervenção. Essa postura se firmou no século XX, com ênfase no valor documental da obra e, após reformulações, alcançou-se período de grande maturidade e equilíbrio, que se codificou em meados do século, principalmente nos anos 1960, encontrando certa posição de consenso na Carta de Veneza. Essas experiências contribuíram para fundamentar as atuais noções ligadas ao restauro, entendido como ação de caráter eminentemente cultural, que se transforma em ato crítico alicerçado na análise da relação dialética entre as instâncias estéticas e históricas de uma dada obra (Brandi, 2004: 30), tendo por objetivo "conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos" (Carta de Veneza, artigo 9). Acredita-se que a unidade de metodologia, para todos os tipos de bens culturais, é viável e que existem princípios gerais (algo diverso de regras fixas) comuns a todo o campo; o que varia porém, na aplicação desses princípios, são os meios postos em prática em função da realidade de cada obra ou conjunto de obras, de sua constituição física, de seus materiais e patologias, de sua configuração e inserção num dado ambiente, de seu particular transcurso ao longo do tempo.

Deve-se enfatizar que o uso dessas palavras – preservação, conservação, restauração – deveriam, por definição, estar sempre vinculadas a ações culturais, e não pragmáticas. Ou seja, desde que o campo de fato se constitui, há dois séculos, a preservação é pautada pelas razões de cunho cultural – ou seja, vinculada a questões formais, documentais, simbólicas e memoriais – , científicas (sobretudo para se preservar documentos históricos – da arte, arquitetura, técnica etc.) e éticas (que direito temos de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores). Desse modo, as questões de ordem prática (de uso, de exploração econômica, de práticas político-partidárias etc.) deixam de ser as únicas e prevalentes (mas sempre presentes), e passam a ser concomitantes, indicativas, mas não determinantes para as decisões.

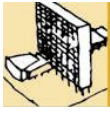
Ainda inexistente uma discussão teórica aprofundada voltada à realidade brasileira e uma carta de princípios nacional, que deveria inquirir e integrar os preceitos da Carta de Veneza, não foi elaborada. O intuito seria torná-la adequada e atual em nosso meio, pois se verifica uma



ampliação crescente e legítima daquilo que é considerado bem de interesse cultural a ser preservado, estendendo-se a um número cada vez maior, a tipos cada vez mais variados e a um passado cada vez mais recente. É dentro desse contexto de alargamento que muitos exemplares do patrimônio industrial se enquadram.

Não se trata de conservar tudo, nem, tampouco, de demolir ou transformar radicalmente tudo. É inviável e mesmo indesejável conservar tudo indiscriminadamente, e é necessário fazer escolhas conscientes, baseadas em conhecimento aprofundado, para que os bens mais significativos possam ser preservados e valorizados. Apesar de a preservação ter pertinência relativa – por ser seletiva e ato de um dado presente histórico –, nem por isso é ato arbitrário, por dever estar ancorada nas ciências, em especial nas ciências humanas. Deve-se lembrar que são sempre testemunhos únicos, não repetíveis, e por isso as propostas devem ser baseadas em rigorosos critérios. Existe um vasto instrumental teórico para esse fim, baseado em pelo menos dois séculos (cinco se buscarmos as raízes da discussão no Renascimento) de formulações teóricas, associadas a experiências sistemáticas na prática que conduziram às atuais vertentes teóricas da restauração de bens culturais. Devem-se também esclarecer alguns equívocos que ainda permeiam a visão sobre o assunto: restaurar não é refazer imitando estilos do passado, visão oitocentista que infelizmente ainda marca a visão de muitos; projeto e criatividade fazem parte do restauro. A restauração implica, sempre, transformações, por mais restritas que sejam e se deve ter consciência que mudanças não controladas levam a perdas irreparáveis. A limpeza, o tratamento de superfícies, de lacunas e de espaços vazios, a inserção de novos elementos, a escolha de função compatível, são temas sempre presentes, maioria das vezes ao mesmo tempo, que resultam em mudanças que devem preservar as características essenciais dos bens, como meio de assegurar sua salvaguarda e sua real inserção na vida das sociedades. Isso leva sempre a escolhas difíceis, que devem ser fundamentadas em análises criteriosas e multidisciplinares. No que respeita à arquitetura, o projeto exige, ainda, maestria e capacidade de interpretação das formas, devendo ser sensível e respeitoso, concomitantemente, aos aspectos formais e documentais da obra. Ou seja, alterações, remoções, inserções e uso da criatividade deveriam ser consequência de abordagem multidisciplinar fundamentada, e não premissas.

A restauração é ato crítico que, alicerçado no reconhecimento da obra e de seu transformar no decorrer do tempo, insere-se no tempo presente – jamais se colocando em qualquer uma das fases por que passou a obra, muito menos no momento de sua criação –, em que se intervém em obras do passado, de maneira criteriosa, com vistas à sua transmissão para as próximas gerações, mantendo sempre, portanto, o futuro no horizonte de suas reflexões. É ato de respeito



pelo passado, interpretado no presente e voltado para o futuro, para que os bens culturais possam continuar a ser efetivos e fidedignos suportes da memória coletiva.

Beatriz Mugayar Kühl é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)

### **Bibliografia**

ANDREATTA, Margarida. Arqueologia histórica industrial. *Diário oficial do estado de São Paulo* (Suplemento), 2003, v. 113, n. 18.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia, Ateliê, 2004.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Napoli, Liguori, 1997.

CARTA de Veneza, ICOMOS, 1964. Disponível em: [www.iphan.gov.br/cartas.htm](http://www.iphan.gov.br/cartas.htm). Acesso em 12 de fevereiro de 2004.

Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, TICCIH, 2003. Disponível em: [www.ticcih.org](http://www.ticcih.org). Acesso em 6 de novembro de 2005.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Unesp, 2001.

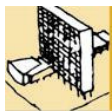
Cunha, Claudia dos Reis. *Memória Oficial: a atuação dos órgãos de preservação. O patrimônio cultural na cidade de Sorocaba. Análise de uma trajetória*. São Paulo, FAUUSP, Dissertação de Mestrado, 2005.

DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Brasilienses, 1991, 8ª ed.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo, reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo, Ateliê, SEC, FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Preservação da Arquitetura Industrial em São Paulo: questões teóricas*. São Paulo, FAUUSP, Relatório Científico- Auxílio à Pesquisa FAPESP, 2005

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *A preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo. O bairro da Mooca, São Paulo*. FAUUSP, Dissertação de Mestrado, 2004.



SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo, Hucitec, 1981.